

Pacto apressará o pacote

O Governo tem pressa em concretizar o pacto antiinflação e pretende aproveitar o esforço concentrado do Congresso, com início previsto para o dia 22 de novembro, para encaminhar as principais medidas econômicas, em caráter provisório. As medidas provisórias, que substituem os extintos decretos-leis, terão 30 dias para aprovação pelo Congresso, sob pena de perderem a sua validade, de acordo com a Constituição em vigor. Foi o que disse ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após ter almoçado com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

Costa Couto confirmou para hoje, às 11h00, no Ministério do Trabalho, a primeira reunião técnica, que contará com a participação dos três segmentos envolvidos no pacto, ou seja, empresários, trabalhadores e Governo. Disse também que, a princípio, está marcada para o dia três de novembro, às 10h00, também no Ministério do Trabalho, a primeira rodada de negociações, que contará com a participação dos ministros da área econômica e com os principais representantes dos trabalhadores e empresários. Ressaltou que, mesmo sem a participação da CUT a intenção dos segmentos envolvidos é fechar o pacto o mais rápido possível.

Respeito

O ministro não quis adiantar as propostas a serem apresentadas hoje, pelos técnicos do Governo, sob

a alegação de que seria uma falta de respeito aos demais participantes da reunião técnica. Segundo ele, nessa primeira reunião o Governo apresentará a sua avaliação dos pontos já discutidos por trabalhadores e empresários nos últimos três meses, numa tentativa de se chegar a um consenso.

Afirmou que todas as propostas do Governo para redução do déficit público e da inflação serão analisadas no âmbito do pacto. Com isso ele quis dizer que os ajustes fiscais, que estão sendo estudados pela área econômica do Governo (que incluem corte de gastos e redução de incentivos fiscais) não serão baixados independentemente do pacto social. Após o consenso entre as partes, estes ajustes deverão ser submetidos à apreciação do presidente José Sarney e posteriormente ao Congresso, sob a forma de medidas provisórias”.

Poupança

Costa Couto afirmou que as cadernetas de poupança ficarão de fora dos acertos incluídos no pacto antiinflação. Na sua opinião, “a poupança é o pilar fundamental de todo o modelo econômico-financeiro do País”, principalmente para as classes de menor renda, e por isso o Governo pretende preservá-la em todas as situações. Quanto a possíveis alterações no câmbio, segundo ele, a decisão final dependerá das discussões dentro do pacto social.